

<div> <div><div>7 - MAJOR MECCA</div></div> <div><div>Por inscrição, faz pronunciamento.</div></div> <div><div>8 - MAJOR MECCA</div></div> <div><div>Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</div></div> <div><div>9 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO</div></div> <div><div>Deferre o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 12/09, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.</div></div> <div><div><div><div><div><span>***</span></div></div></div></div></div> <div><div>- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.</div></div> <div><div><div><div><div><span>***</span></div></div></div></div></div> <div><div>- Passa-se ao</div></div> </div>
---

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*
O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, eu, deputado Carlos Giannazi, que abro mão. Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Reis. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.)

Deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputada Beth Sahnô. (Pausa.) Deputada Monica Seixas do Movimento Pretas. (Pausa.)

Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.)

Deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Agora, deputada Leci Brandão, que fará o uso regimental da tribuna.

Enquanto a deputada Leci Brandão se dirige à tribuna, eu quero anunciar a honrosa presença aqui na Assembleia Legislativa, hoje, do grande músico, grande maestro, Robson Miguel, que foi o proponente - não é verdade? - de um projeto de lei que foi aprovado aqui na Assembleia Legislativa e virou lei já, que é a Lei nº 16.420, de 2017, que instituiu o Dia do Violão, na Música Popular Brasileira. É uma honra receber você aqui, Robson, você que é um dos maiores músicos do Brasil, do mundo, um grande violonista.

Por coincidência, agora nossa grande cantora da música popular brasileira, deputada estadual Leci Brandão vai falar, vai fazer um pronunciamento. Então, estão aqui dois grandes músicos do Brasil, dois grandes patrimônios da música popular brasileira, juntos: Leci Brandão e Robson Miguel.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdOb - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssimo Sr. Presidente deputado Carlos Giannazi, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela nossa querida TV Alesp. Presidente, eu quero inicialmente cumprimentar também esse músico fantástico. Robson, pedir que Deus sempre te proteja, te ilumine e obrigada por tudo que você fez pela Cultura brasileira. Graças a Deus agora a cultura está de volta.

Sr. Presidente, recentemente eu estive aqui nesta tribuna para comunicar as indicações de emendas que fizemos para este ano que já estão sendo pagas. Na área da Educação, eu quero destacar a indicação de emendas para o Centro Paula Souza, atendendo as Fatecs da zona leste, Guarulhos e Piracicaba, com indicação para a aquisição de equipamentos.

Além dos recursos já mencionados, nosso mandato fez a indicação de emendas para os seguintes órgãos, que eu faço questão de relacionar aqui: Fundação Instituto de Terra José Gomes da Silva, do Itesp; Fundação Memorial da América Latina; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, pertencente à Unesp; Secretaria da Educação; Secretaria de Cultura e Economia Criativa; Secretaria do Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Desenvolvimento Social; Secretaria de Esportes; Secretaria da Infraestrutura e Meio Ambiente; e Secretaria de Justiça e Cidadania.

Isso tudo é só para reafirmar a nossa preocupação com coisas, que no meu entender, são fundamentais, que é a Educação, a Saúde, a Cultura. Por isso, nós temos muita alegria de poder ocupar esse plenário para falar das coisas que a gente vem fazendo que, na verdade, não é favor nenhum, é a nossa obrigação tratar dessas coisas, das demandas que chegam lá no nosso mandato, cujo nome é Quilombo da Diversidade.

Queria também comunicar, Sr. Presidente, que esta semana nós vamos completar 79 anos e as pessoas estão perguntando se vai ter alguma festa. Não, não vai ter nada, a gente vai estar com o pessoal do gabinete.

Evidentemente, eu peço a Deus que me dê saúde, que me dê sempre força, me dê fé para que eu continue a minha caminhada sempre com o respeito de todos. E agradecer a todos os que têm feito por mim, por todos aqueles que pediram pela minha saúde. Graças a Deus, nós estamos nos restabelecendo. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigada, deputada Leci Brandão. Convido V. Exa. para presidir esta sessão aqui, ao lado do nosso grande maestro e mestre Robson Miguel. Vamos ter aqui o encontro de dois grandes artistas da música brasileira.

\*\*\*
- Assume a Presidência a Sra. Leci Brandão.
\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdOb - Continuando aqui, vamos para a Lista Suplementar. Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, tenha V. Exa. o uso da palavra pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, deputada Leci Brandão. Mais uma vez, saudar o músico Robson Miguel, aqui na Assembleia Legislativa.

Sra. Presidente, eu quero aqui manifestar o meu total repúdio a um projeto de lei que está tramitando na Câmara Municipal de São Roque, que é um projeto que vai devastar todo o meio ambiente daquela região, prejudicando não só o município de São Roque, mas vários municípios da região.

Sra. Presidente, esse é um projeto que revisa o Plano Diretor. Inclusive, ele está embargado agora, nesse momento, pela Justiça. Ele é tão ruim que a própria Justiça embargou o projeto, suspendeu a sua tramitação na Câmara Municipal, porque ele coloca em risco todo o meio ambiente.

Aquela região de São Roque é uma região de montanhas, é uma região serrana, que tem toda uma tradição na área de variedade gastronômica, tem ali a Rota do Vinho, têm vários roteiros turísticos ligados à essa questão do meio ambiente.

Mas, sobretudo, deputada Leci Brandão, tem uma questão lá que é muito importante, aquela região pertence a uma área de proteção ambiental, de Itapararanga. Inclusive, tem uma represa com esse nome nessa região que abastece vários municípios da região - inclusive Sorocaba, que é uma grande cidade daquela região.

Então, esse projeto de lei não pode ser aprovado, em hipótese alguma, da forma que ele foi encaminhado à Câmara Municipal de São Roque, porque ele vai colocar em risco o

abastecimento de água de vários municípios daquela região. Ali é uma área de proteção ambiental.

Então, quero aqui me associar ao movimento, Sra. Presidente, que já está organizado e já é um movimento vitorioso, que conseguiu suspender a tramitação desse projeto na Câmara Municipal.

E, também, dizer que nós estamos tomando providências. Eu já protocolei aqui um requerimento convocando o prefeito de São Roque, convidando-o - Guto Issa é o nome dele, do Podemos - para que ele venha aqui explicar, depor na Comissão do Meio Ambiente sobre esse projeto, essa proposta que vai prejudicar toda a região.

Então, é o estado de São Paulo sendo afetado. Lembrando, ainda, que essa região representa um marco verde, ecológico, que liga essa região à Serra do Mar e à Serra do Japi também; então é uma área muito importante - tem as fotos aqui. Enfim, seria um retrocesso jamais visto para a própria cidade, que vai perder no Turismo, e perde na área do Meio Ambiente também.

E, sobretudo, vai favorecer a grande especulação imobiliária da região. É isso que está por trás: os interesses financeiros e econômicos das grandes empreiteiras, do grande poder econômico, devastador, desmatador, que não têm nenhuma preocupação com o direito à cidade e com o meio ambiente.

Então, por isso que é muito importante que esse projeto seja retirado imediatamente da Câmara Municipal, embora ele esteja suspenso pela Justiça, mas ele pode voltar; e que os vereadores votem contrariamente, que os vereadores reajam a esse projeto do prefeito, porque ele representa os interesses da grande especulação imobiliária, do grande poder econômico das empreiteiras, e não da população, do Turismo, das pessoas que vivem ali - tem várias vinícolas, adegas na região.

São Roque é uma cidade importante (Inaudível.), é uma instância turística - inclusive, deputada Leci Brandão, cuja lei foi aprovada aqui no plenário da Assembleia Legislativa.

Então, por tudo isso é que nós somos totalmente contra a aprovação desse projeto na Câmara Municipal, que ele seja retirado imediatamente, porque ele vai colocar em risco não só a cidade de São Roque, mas todo o abastecimento de água de diversas cidades da região ali de Sorocaba.

Então, quero fazer aqui... e reafirmar também que nós já estamos tomando providências, sobretudo articulando a Comissão do Meio Ambiente, aqui da Assembleia Legislativa, para que o prefeito venha aqui explicar por que é que ele pretende aprovar um projeto de revisão do Plano Diretor da cidade de São Roque que vai devastar o meio ambiente e prejudicar a sua própria cidade. Então, essa é uma das iniciativas que nós estamos tomando para que não ocorra esse grande crime ambiental na região, deputada presidente Leci Brandão.

Eu gostaria só de fazer mais um pronunciamento, para encerrar, deputada Leci Brandão, se V. Exa. me permitir.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdOb - Esteja à vontade, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Acho que eu sou o próximo da lista, de novo, então olha... Por fim, na data de hoje, eu quero primeiro fazer aqui um convite a todas as redes municipais do estado de São Paulo, para que compareçam a nossa grande audiência pública, que será realizada aqui em São Paulo, na Câmara Municipal de São Paulo, no próximo dia 16 de setembro.

É sábado que vem, às 9 e meia da manhã, na Câmara Municipal, sobre o pagamento do piso nacional do Magistério, que agora, definitivamente, deputada Leci Brandão, maestro, eu ia falando já, mas V. Exa. também é porque teve a iniciativa de propor um projeto de lei aqui na Assembleia Legislativa, Robson Miguel.

Nós conseguimos, o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão importante, agora recentemente, ele já formou maioria dizendo que o piso nacional do Magistério é constitucional e, sobretudo, o seu pagamento e o seu reajuste.

Então, acabou aquela fake, aquela mentira propagada por essa Confederação Nacional dos Municípios que, inclusive, eu tinha já acionado o Ministério Público Federal contra um comunicado, uma nota que essa entidade privada, a Confederação Nacional dos Municípios, tinha apresentado no início do ano, contestando o reajuste do piso nacional do Magistério.

Tem aqui a matéria, da Mônica Bergamo, da “Folha de S. Paulo”, do início do ano, dia 19 de janeiro, onde eu acionei o Ministério Público para que essa nota fosse tirada do ar.

Eu contestei essa nota e eu estava certo, porque agora o Supremo Tribunal Federal disse que todos os municípios do Brasil, todos os estados são obrigados a pagar o piso nacional do Magistério seguindo, inclusive, a orientação da própria Lei nº 1.738/2008, inclusive com o reajuste.

O reajuste está valendo, a portaria do MEC está em pleno vigor, é o que determina hoje o próprio Supremo Tribunal Federal, que já julgou um recurso, Sra. Presidente, do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul entrou com um recurso contra uma decisão que já tinha sido tomada lá atrás, em 2012/2013, pelo próprio Supremo Tribunal Federal, mas não ganhou. Contestando o Art. 5º da lei que fala do reajuste, tentando, utilizando de um malabarismo lógico, forçando a barra, dizendo que a aprovação do novo Fundeb, em 2020, então esse item da lei, o Art. 5º, não teria mais validade, que nós teríamos que aprovar uma nova lei sobre o reajuste.

Então, essa tese foi derrotada, como eu tinha já dito lá no começo do ano, e agora todos os municípios são obrigados a pagar e retroativamente. Quem não pagou ano passado, vai ter que pagar e quem não pagou até agora, tem que pagar também.

E nós defendemos que o pagamento do piso nacional do Magistério das professoras e professores das escolas públicas, que esse piso seja pago, esse reajuste, de tal forma que haja impacto em toda a carreira do Magistério, com repercussão em toda a carreira. É essa a nossa defesa, é a nossa luta.

Então, nós vamos realizar uma grande audiência pública na Câmara Municipal, em parceria com a deputada federal Luiceni Cavalcante, que é também professora, supervisora de ensino aqui de São Paulo, membro da Comissão de Educação, e ela conseguiu aprovar essa audiência pública pela Câmara dos Deputados, inclusive, é a Câmara dos Deputadas de São Paulo.

Utilizando o espaço da Câmara Municipal em parceria com o nosso mandato aqui da Assembleia Legislativa, nós vamos reunir os municípios que não estão pagando o piso, e os que já estão pagando também, porque tem que pagar agora retroativamente.

Então, é uma notícia muito importante, essa decisão do Supremo, fundamental na luta em defesa do Magistério público no Brasil.

Então, a nossa audiência será feita na semana que vem, sábado, nesta semana, na verdade, sábado, dia 16 de setembro, às 9 e meia da manhã, na Câmara Municipal, no plenário da Câmara Municipal.

É importante que as professoras e os professores dos municípios participem, venham participar, fazer o relato, para ver se o seu município está pagando ou não o piso, porque agora nós vamos fortalecer ainda mais essa luta com essa nova decisão do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, deputada, presidente Leci Brandão. Muito obrigado, Robson Miguel, pela sua participação e pela sua presença hoje, aqui na Alesp.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdOb - Deputado Carlos Giannazi, cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento, afinal de contas, os professores têm que ser respeitados. Seguindo a lista de oradores, eu convido o deputado Major Mecca, para uso da palavra pelo tempo regimental.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sra. Presidente, nossos policiais militares e policiais civis, que garantem o nosso trabalho não só aqui nesta Casa

Legislativa, como a todo o povo do estado de São Paulo, em todo o território nacional.

Eu gostaria de chamar a atenção de todos os parlamentares desta Casa, chamar a atenção do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados Federal e do Senado sobre o que passamos nos nossos policiais aqui no estado de São Paulo.

Nós costumamos trazer as dificuldades e o sofrimento dos nossos policiais no estado de São Paulo e dos nossos veteranos. No entanto, a batalha é árdua, é intensa, e os nossos policiais continuam passando por uma situação de barbárie.

Quero ilustrar a todos vocês que estão nos acompanhando, inclusive pela TV Alesp, o último dia 7 de setembro. Eu quero que vocês assistam, Sra. Presidente, aqui no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo, a forma covarde e cruel com que um veterano, o sargento Gerson Antunes Lima, de 55 anos, foi executado na porta de casa, varrendo a sua calçada, varrendo a frente de casa.

Por gentileza, coloquem na tela, para que todos possam acompanhar a barbárie e o que atravessam os nossos policiais. Se puder deixar maior a tela, para que todo mundo, todos possam acompanhar e testemunhar.

\*\*\*
- É exibido o vídeo.

Olha a situação dos marginais executando um pai de família, um policial militar, na cidade de São Vicente, na porta da casa dele. Coloque novamente, para que todas as autoridades possam assistir e testemunhar o que passa um veterano. Este é mais um dos veteranos que morreram no litoral paulista.

\*\*\*
- É exibido o vídeo.

Eu só peço ao pessoal que coloque na tela toda, desde o início, porque todos nós, parlamentares, temos responsabilidade nesse resultado produzido pelos criminosos no estado de São Paulo.

O crime organizado, o PCC faz o que quer no estado de São Paulo. O crime organizado está ditando regras não só no nosso Estado, como em todo o território nacional, e nada está sendo feito, principalmente por parte do governo federal.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não se encontra no Brasil. Está viajando, está passeando pelo Planeta, mas é importante que seu ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino, que é crítico ferrenho dos policiais, querendo desarmar cidadão de bem e policiais, assista. Assista, ministro da Justiça e Segurança Pública, o que está atravessando um policial no estado de São Paulo. Coloca na tela grande, por favor.

\*\*\*
- É exibido o vídeo.

Veterano, 55 anos, Sra. Presidente. O criminoso desembarca e o executa, na frente da casa dele. Esses daí são os criminosos que os partidos de esquerda estão passando a mão na cabeça. Cadê os deputados do PT aqui?

Cadê os deputados do PSOL para chamar atenção e gritar, o repórter da “Rede Globo”, que estava entocado dentro da comunidade, para querer mostrar abuso de autoridade dos policiais militares, dos policiais civis? Conseguiram pegar? Não conseguiram filmar nenhum abuso de autoridade, mas esse daqui não passou ontem no Fantástico. Ontem não passou no Fantástico.

Eu estive hoje, pela manhã, com o secretário Guilherme Derrite. As operações continuarão. A Rota está no litoral do estado de São Paulo, e não foi só esse caso. Na sexta-feira, nós tivemos um sargento, Eduardo Sabatini, de 41 anos, foi morto em Itirapina durante o turno de serviço.

Tivemos, no sábado, o cabo Lucatino de Oliveira Santos, também em São Vicente, fazendo um churrasco; ele, a esposa e a filha. Foram atacados em sua residência, tomou um tiro na perna, um tiro no ombro, reagiu ao ataque e está internado, e está vivo, graças às mãos do Senhor.

E eu pergunto aos parlamentares desta Casa: Direitos Humanos também têm que contemplar os nossos policiais? Direitos Humanos também têm que contemplar o cidadão de bem trabalhador.

É hipocrisia vir aqui defender bandido e deixar o pai de família abandonado, como está acontecendo com os cidadãos de bem, como está acontecendo com os nossos veteranos no litoral paulista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. MAJOR MECCA - PL - Havendo acordo de lideranças, Sra. Presidente, pedimos o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdOb - É regimental, Sr. Deputado Major Mecca. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da última quarta-feira.

Está levantada a presente sessão.

\*\*\*
- Levanta-se a sessão às 14 horas e 28 minutos.

### 12 DE SETEMBRO DE 2023 SESSÃO PÚBLICA DE PRÉVIA ARGUIÇÃO PARA APRECIÇÃO DO NOME DO SR. MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI PARA O CARGO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

\*\*\*
- Abre a sessão pública o Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Conforme já comunicado pelo “Diário Oficial”, nesta sessão pública será arguido o Sr. Marco Aurélio Bertaiolli, indicado para ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, nos termos previstos no inciso XI, do Art. 20, da Constituição do Estado.

Assim como procedeu com as indicações anteriores, a Mesa consubstanciou o apoio da maioria absoluta dos senhores parlamentares do Projeto de decreto legislativo nº 32/2023, que sofrerá discussão e votação em plenário após breve arguição pública do indicado.

Esta arguição, como de praxe, se norteará por analogia, naquilo que couber, pelas regras regimentais de comparecimento de secretários de estado, disciplinado no Título IX do Regimento Interno.

Finda a exposição do Sr. Marco Aurélio Bertaiolli, pelo prazo de até vinte minutos, poderão ser formulados questionamentos pelas Sras. e Srs. Deputados, assegurando o tempo de até cinco minutos para cada parlamentar, sendo que o indicado responderá aos questionamentos formulados ao final de todas as manifestações.

O presidente abre, desde já, a folha de inscrição às Sras. Deputadas e Srs. Deputados pela arguição do indicado.

Então, esta Presidência, neste momento, passa a palavra ao Sr. Marco Aurélio Bertaiolli, que tem a palavra pelo prazo de até vinte minutos.

O SR. MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, muito bom dia. Queria cumprimentar de uma maneira muito especial o nosso presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, presidente deputado André do Prado. E me permita, em nome de todos, cumprimentar as deputadas, os Srs. Deputados, o nosso decano, nosso deputado

Barros Munhoz, que eu vejo aqui nesta manhã com muita alegria, Barros.

E, em nome do Barros, registrar a minha primeira satisfação, deputado Danilo, de estar de volta a esta tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Tribuna esta que eu tive a honra de ocupar em algumas vezes, alguns momentos, durante o mandato que eu ocupei aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Mandato este que muito me orgulhou, em que muito aprendi.

Dentro dessa trajetória pública, que todos nós percorremos hoje, nós sabemos da importância e do trabalho realizado por esta Assembleia Legislativa, que é, sem sombra de dúvidas, a maior Assembleia Legislativa do nosso País e, portanto, com as maiores responsabilidades diante de um estado - que é um estado que... a locomotiva do nosso Brasil.

O maior orçamento, após o orçamento da União, é o Orçamento do estado de São Paulo. É esta Assembleia Legislativa, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, que possuem a responsabilidade de acompanhar, de fiscalizar, de planejar o nosso estado e o seu desenvolvimento.

Então, eu gostaria de iniciar registrando o orgulho de ter sido um deputado estadual desta Casa de Leis, ao lado de tantos dos senhores, das senhoras, que comigo compartilharam aquele mandato de 2006 e 2007.

Gostaria de iniciar, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, dizendo um pouquinho da nossa trajetória na vida pública, que foi construída, assim como a do deputado André do Prado, nosso presidente, degraau por degraau. E é assim que eu acredito que nós todos nos formemos na vida pública, na gestão pública.

Tive a oportunidade, Enio, logo cedo, de ser convidado pelo então prefeito de Mogi das Cruzes, que é aonde eu nasci, para ocupar o cargo de secretário municipal de Indústria e Comércio, que era a denominação que a Secretaria recebia naquele momento.

E logo cedo, aos 24, 25 anos, tive a oportunidade de ocupar esse cargo em uma cidade grande, em uma cidade importante, como é a cidade de Mogi das Cruzes, após ter sido presidente da associação comercial do nosso município durante dois mandatos.

Durante esses dois anos, como secretário municipal de Indústria e Comércio, pude conhecer um pouco, experimentar um pouco o Poder Executivo - as suas dificuldades, as suas limitações e as suas execuções. Após esse período, fui candidato a vereador na minha cidade.

Lá na Câmara Municipal, por dois mandatos, por oito anos, tive a oportunidade de aprender aquele contato direto com a população, que é a função de um vereador nos nossos municípios; 645 municípios no estado de São Paulo.

É o vereador que está no dia a dia conversando com os líderes de bairro, conversando com a população, verificando todas as necessidades de um município. E por oito anos tive a oportunidade de exercer essa função na Câmara Municipal do Município de Mogi das Cruzes.

Quando terminei esse mandato, tive a honra de ser convidado pelo então deputado estadual Junji Abe, que se candidatava a prefeito da cidade de Mogi das Cruzes. No ano de 2000 a 2004, o Junji Abe - que foi companheiro do Barros - prefeito de Mogi e eu, vereador. Quando terminei o primeiro mandato do então prefeito Junji Abe, eu tive a honra, Paulo, de ser convidado pelo Junji para ocupar a vice-prefeitura.

Então deixei o mandato de vereador, após oito anos, e fui junto com o Junji para uma eleição majoritária, prefeito e vice de Mogi das Cruzes. Obtivemos êxito. Marcos Damasio foi eleito o vereador mais votado da cidade de Mogi das Cruzes, e juntos chegamos ao comando do Município de Mogi.

Durante dois anos - Rafa Zimbaldi, você que vai ser prefeito logo, logo de Campinas -, tivemos a oportunidade de administrarmos Mogi das Cruzes juntos, e recebi o convite do então partido ao qual eu estava filiado na época, o PFL, para ser candidato a deputado estadual.

Na eleição de 2006, concorri ao honroso cargo de deputado estadual do estado de São Paulo e com, arredondado, 70 mil votos, ao lado do Roberto de Lucena, cheguei aqui à Assembleia Legislativa de São Paulo.

Nessas poltronas, madrugadas foram várias que nós tivemos a oportunidade de debater, de discutir ao lado de grandes deputados, como Simão Pedro, que está aqui, que tem muito voto na minha Mogi das Cruzes, assim como o Enio Tatto. Fomos deputados juntos nessa legislatura de 2006 a 2009.

Em 2008, mais uma vez, fui convidado pelo Junji, que encerrava os seus oito anos à frente da prefeitura de Mogi das Cruzes, para disputar o pleito como candidato a prefeito da minha cidade. Obtivemos sucesso, obtivemos o êxito ainda no primeiro turno com 52% dos votos e fomos lá administrar a nossa cidade.

Meus amigos, minhas amigas, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, me permitam a informalidade da conversa, eu pude perceber e entender o quão frágil é a administração por parte de um prefeito. Muitas pessoas que não entendem, não conhecem, não estão na vida pública, às vezes acham que o prefeito pode tudo, que o prefeito faz tudo, que o prefeito resolve tudo.

Mas no cargo de prefeito nós percebemos que a nossa vontade de realizar é muito maior do que aquilo que a legislação permite. Porque na vida pública você faz aquilo que a lei estabelece que seja permitido fazê-lo; na vida privada você pode fazer tudo aquilo que a legislação não proíba que você faça.

Cercilhado pela legislação, iniciamos o trabalho querendo realizar muito mais do que era possível, ora pela legislação, ora por questões orçamentárias, ora por questões políticas, mas a vida de prefeito é absolutamente fluida.

Por que fluída? Porque nós iniciamos um dia de trabalho, Simão Pedro, sem termos a menor ideia do que vamos enfrentar ao longo do dia na prefeitura. Porque a cidade é viva, ela acontece, Itamar, você que vai administrar Rio Preto sabe disso, ela acontece.

A tarde é um problema com asfalto, a noite é um problema com a escola, de manhã é um problema com a Saúde e o prefeito torna-se um generalista para poder discorrer sobre todos os assuntos, Paulo, que a cidade exige que você participe. E foi assim durante quatro anos do nosso mandato, pudemos contribuir com a cidade de Mogi das Cruzes.

Na minha reeleição, no ano de 2012, obtive aquilo que todos nós que estamos na vida pública desejamos: o êxito e o reconhecimento, Barros, da população da minha cidade. Foi reeleito em 2012 com a maior votação do Brasil em cidades com segundo turno, com 80,28% dos votos em primeiro turno numa cidade de 500 mil habitantes. Então ali, realmente, é um momento mágico de um gestor público, onde a população se aproxima e consegue ter, Carlos, conhecimento do que foi feito. Durante os quatro anos, limitado pela legislação, o prefeito não consegue sequer publicitar que aquilo que aconteceu foi da sua autoria, porque a limitação da legislação obriga que não seja pessoal a propaganda colocada nas redes de comunicação ou seja lá onde for, na televisão, no rádio. É no momento da campanha à reeleição que o prefeito consegue expor e vincular aquilo que fez com o ato realizado.

Fomos para o segundo mandato, realizamos obras importantes na cidade e tive a honra de concluir o mandato muito acompanhado - de próximo, muito perto - pelo deputado André do Prado, que é da nossa região, com 93% de aprovação, segundo os institutos de pesquisas que aferiram o resultado da nossa eleição.

Dois anos fora, em 2018, tive a oportunidade de ser candidato a deputado federal e obtive êxito com 137 mil e poucos votos. Agora em 2022, reeleito deputado federal com 157 mil, crescendo quase 30 mil votos em relação à primeira eleição.

E agora, neste ano de 2023 que nós estamos, tenho a honra de ter sido lembrando por vários líderes partidários deste Casa, pelo governador do estado de São Paulo, por tantos ami-